

## Feminismos negros: a trajetória de uma professora-pesquisadora negra da área de Matemática

**Cynthia Raquel de Souza**<sup>1</sup>  
*Universidade Federal do Paraná*

**Elenilton Vieira Godoy**<sup>2</sup>  
*Universidade Federal do Paraná*

### Resumo

O presente artigo tem como objetivo narrar a trajetória profissional de uma professora pesquisadora negra que atua como docente no Departamento de Matemática de uma Instituição de Ensino Superior Pública Federal (IESPF) da região Sul do Brasil. Fez parte das narrativas, questões relacionadas ao racismo estrutural, institucional e sexismo sofridos num local predominantemente branco, eurocêntrico, heteronormativo e patriarcal. O dispositivo analítico foi movimentado a partir da interseccionalidade como teoria social crítica e ancorado em referenciais teóricos negros que tratam das relações interracialis no âmbito institucional-pessoal e dos enfrentamentos nas relações entre pessoas negras e brancas. A partir da narrativa construída foi possível concluir que as instituições são permeadas por atos discriminatórios, o número reduzido de profissionais de pele não branca em ambientes de alta escolaridade, como universidades e centros de pesquisa, perpetuam o racismo estrutural e institucional arraigado na sociedade brasileira. Os profissionais, de pele não branca, quando ascensionados a essas posições, são relegados a posição de párias e intrusos entre seus pares, tornando sua permanência um constante sofrimento físico e psíquico.

**Palavras-chave:** mulher negra; feminismos negros; gênero; interseccionalidade; educação matemática no ensino superior.

### Black feminisms: the trajectory of a black Mathematics researcher

#### ABSTRACT

This article aims to describe the professional trajectory of a black mathematics researcher who works as a professor in the Mathematics Department of a Federal Public Institution (IESPF) in southern Brazil. Part of her narratives treat about issues related to structural, institutional racism and sexism suffered in a environment predominantly white, Eurocentric, heteronormative and patriarchal. The analytical device was based on intersectionality as a critical social theory and anchored in black authors that deal with interracial

<sup>1</sup>Mestra em Educação em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e em Matemática (PPGECM) na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutoranda em Educação em Ciências e em Matemática no PPGECM da UFPR, Curitiba, Paraná, Brasil. Endereço para correspondência: Av. Cel. Francisco H. dos Santos, 100, Jardim das Américas, Curitiba, Paraná, Brasil, CEP: 81530-000. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3945-5769>. E-mail: [cynthiaras@gmail.com](mailto:cynthiaras@gmail.com).

<sup>2</sup>Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). Professor adjunto do departamento de Matemática, do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e em Matemática (PPGECM) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil. Endereço para correspondência: Av. Cel. Francisco H. dos Santos, 100, Jardim das Américas, Curitiba, Paraná, Brasil, CEP: 81530-000. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8081-5813>. E-mail: [elenilton@ufpr.br](mailto:elenilton@ufpr.br).

relationships at the institutional-personal level and confrontations in relationships between black and white people. From the narrative constructed, was possible to conclude that institutions are permeated by discriminatory acts, the reduced number of professionals with black skin in highly educated environments, such as universities and research centers, and perpetuate the structural and institutional racism rooted in Brazilian society. Professionals, with black skin, when promoted to these positions, are relegated to the position of pariahs and intruders among their peers, making their stay a constant physical and psychological suffering.

**Keywords:** black woman; black feminisms; gender; intersectionality; university mathematics education.

## **Feminismos negros: la trayectoria de una profesora-investigadora negra en Matemáticas.**

### **RESUMEN**

Este artículo tiene como objetivo narrar la trayectoria profesional de un profesor investigador negro que actúa como docente en el Departamento de Matemáticas de una Institución Pública Federal de Educación Superior (IESPF) en la región Sur de Brasil. Parte de las narrativas fueron cuestiones relacionadas con el racismo y sexismo estructural, institucional sufrido en un lugar predominantemente blanco, eurocéntrico, heteronormativo y patriarcal. El dispositivo analítico se basó en la interseccionalidad como teoría social crítica y se ancló en referencias teóricas negras que abordan las relaciones interraciales a nivel institucional-personal y las confrontaciones en las relaciones entre personas blancas y negras. De la narrativa construida, fue posible concluir que las instituciones están permeadas por actos discriminatorios, el reducido número de profesionales de piel no blanca en ambientes altamente educados, como universidades y centros de investigación, perpetúan el racismo estructural e institucional arraigado en la sociedad brasileña. Los profesionales, de piel no blanca, al ascender a estos cargos, quedan relegados a la posición de parias e intrusos entre sus pares, haciendo de su estancia un constante sufrimiento físico y psicológico.

**Palabras clave:** mujer negra; feminismos negros; género; interseccionalidad; La educación matemática en la educación superior.

### **Considerações Iniciais**

O presente artigo é um recorte da tese de doutorado em andamento intitulada “Feminismos Negros: (Re)existências de Mulheres Negras nos Cursos de Ciências Exatas da UFPR” da primeira autora sob a orientação do segundo autor, que tem como objetivo produzir sentidos a partir das trajetórias e experiências vividas por pesquisadoras negras que atuam em cursos de Ciências Exatas. Neste texto, tratar-se-á da entrevista realizada com a professora pesquisadora negra da área de Matemática, com o objetivo de narrar a sua trajetória profissional, com um olhar mais acurado, principalmente, para elementos como o racismo estrutural, institucional e sexismo sofridos num local no qual prevalece a cultura branca, patriarcal e heteronormativa.

Com isso, partimos do preceito de que uma parcela significativa da sociedade historicamente associa a imagem da mulher, principalmente de mulheres negras, aos serviços domésticos e braçais. A elas, conforme discutido por Davis (2016), é destinado o que sobra dos homens brancos, mulheres brancas e homens negros. Por esse motivo, mas não só por ele, a inserção das mulheres negras na academia ainda é muito pequena, sendo importante ressaltar que não se nega que os homens negros também são vítimas do racismo estrutural e institucional, estando inclusive abaixo de mulheres brancas na pirâmide social (RIBEIRO, 2019). Nesse sentido, o presente artigo, está focado na

urgência em tratar as mulheres negras em uma categoria a parte dos feminismos propostos por mulheres brancas, e de condutas antirracistas aplicadas à comunidade negra como um todo (BAMBIRRA; LISBOA, 2019).

Com isso, é fundamental destacar, que o Censo do Ensino Superior de 2018, apontou que apenas 23% das professoras universitárias no Brasil são negras, considerando pretas e pardas (BRASIL, 2018). Assim, é imperativo voltar nossos esforços a inserção e permanência dessas mulheres em espaços tradicionalmente ocupados por homens brancos. Para tanto, o surgimento e a popularização dos feminismos negros visibilizam a necessidade de tirar a mulher negra da condição de abandono nas políticas públicas. Reconhecemos que algum avanço ocorreu a partir das Políticas de Ações Afirmativas desenvolvidas ao longo dos anos 2000 no Brasil, mais particularmente, de 2003 até 2016, porém com o golpe de 2016 contra a presidência Dilma Rousseff, que culminou com a chegada de Bolsonaro à presidência do Brasil, retrocedemos consideravelmente.

Nesse sentido, Bambirra e Lisboa (2019), destacam a necessidade urgente de discussão da condição de marginalização da mulher negra no ambiente acadêmico, a partir dos feminismos negros. Consideramos que a discriminação de gênero e a estratificação do trabalho (mas não somente) deixam as mulheres negras, dentre outros sujeitos subalternizados, à margem dos debates e políticas públicas próprias para alcançar a tão almejada ascensão social e acadêmica. Contudo, graças às lutas travadas ao longo de muitas décadas, as questões de discriminação de gênero, de raça e da divisão do trabalho vêm sendo discutidas e combatidas pelos feminismos negros.

Para Gomes (2019), a instituição escolar tem grande responsabilidade na educação no que diz respeito à constituição do gênero. Assim, concordando ou não, nascemos em sociedades hierarquizadas, social e culturalmente, na intersecção por classe, raça e gênero. Nesse sentido, a escola, como instituição formadora, “não nos socializa apenas no que se refere às questões do conhecimento científico, das artes, da literatura” (GOMES, 2019, p. 610). A instituição escolar, incluindo o ambiente universitário, também nos socializa e influencia nas formas como nos relacionamos com o mundo, reforçando, subvertendo e transmitindo valores e comportamentos, participando da esfera de subjetividade e desejos dos atores sociais (GOMES, 2019).

Assim, as relações de gênero e raça perpassam as instituições escolares transcendendo o ambiente familiar, cultural e a vida social dos indivíduos. Nesse sentido, dados do Portal Geledés, mostram que apenas 0,4% do corpo docente dos cursos de pós-

graduação no Brasil são compostos por mulheres pretas. Ao somarmos o quantitativo de mulheres pardas, o percentual total não chega a 3% dos docentes de pós-graduação (FERREIRA, 2019). Esses dados evidenciam, conforme Gomes (2019), a baixa representatividade, ou mesmo a ausência, de mulheres negras em diversas áreas do conhecimento e cursos acadêmicos. Com isso, inegavelmente, os indivíduos precisam se colocar no centro de uma luta emancipatória no sentido de desconstruir as hierarquias de poder e as práticas conservadoras e autoritárias.

Antes de apresentarmos o referencial teórico, gostaríamos de salientar que numa busca realizada nos dois principais eventos de Educação Matemática realizados no Brasil, a saber, o Encontro Nacional de Educação Matemática (ENEM) e o Seminário Internacional de Pesquisa em Educação Matemática (SIPEM), no período compreendido de 2003 a 2019, foram publicados, aproximadamente 5.850 (cinco mil oitocentos e cinquenta) trabalhos, dos quais apenas 4 (quatro) se aproximavam da temática do presente artigo. Tal resultado indica, do nosso ponto de vista, urgência de pesquisas envolvendo Educação Matemática e mulheres negras.

### **Referencial Teórico**

A escravidão no Brasil ainda marca profundamente a sociedade brasileira, e isso se deve à falta de medidas públicas que beneficiassem a população negra ao longo do tempo. Nesse sentido, permanece o cerceamento de direitos humanos do povo negro, decorrente do racismo estrutural, científico, institucional e recreativo praticados contra essa população.

O suposto mito de democracia racial, consolidada no imaginário da população brasileira, inclusive em alguns negros, uma falsa sensação de igualdade com os compatriotas brancos. Nesse sentido, para Carneiro (2011, p. 14), perdura a “concepção de que certos humanos são mais ou menos humanos do que outros”. Assim, as mulheres negras permanecem ainda à margem da sociedade, tendo seus direitos negados, seus filhos, irmãos e maridos brutalmente assassinados, além da múltipla jornada que exercem como mães, donas de casa e trabalhadoras, geralmente forçadas a aceitar trabalhos braçais com jornadas extenuantes e com salários muito menores em relação aos homens brancos e negros e às mulheres brancas.

Se de um lado, o mito da democracia racial tenta desracializar a sociedade, sob o argumento da miscigenação racial brasileira, por outro oculta as desigualdades e imputa

à pessoa a culpa por sua condição social. Nesse sentido, outro mito foi criado pela classe dominante brasileira, a meritocracia, que nada mais é do que convencer o cidadão ‘se você não conseguiu, é porque não se esforçou o bastante’. A meritocracia condena o indivíduo como único responsável pelas suas possibilidades de ascensão social, retirando do Estado e da sociedade qualquer responsabilidade em relação à situação de penúria dos sujeitos marginalizados e subalternizados. O mito da democracia racial, e mais recentemente o da meritocracia, consolidam no imaginário da população brasileira, inclusive nos negros, uma falsa sensação de igualdade com seus compatriotas brancos.

Para Collins (2021), esse mito faz crer que não existem “raças” no Brasil, e essa posição dá lastro ao não reconhecimento dos negros como membros de um grupo racialmente reconhecido. Assim, com o apagamento da identidade racial, sob a égide da inexistência de diferentes raças, a negação da negritude, como sujeito político, elimina a possibilidade de reconhecimento da raça como determinante na descrição das desigualdades sociais, que afetam a população negra e conseqüentemente fomentam o racismo estrutural e institucional de nossa sociedade.

Para Carneiro (2011), as disparidades nos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) entre a população branca e negra revela que autodeclarados brancos apresentam indicadores socioeconômicos comparáveis aos habitantes da Bélgica, enquanto pretos e pardos brasileiros apresentam índices inferiores a países em desenvolvimento, como a África do Sul. Esses índices destacam a importância da discussão racial em intersecção com classe e gênero.

Nesse sentido, é fundamental retomar o conceito de racismo institucional, que Carneiro (2011, p. 35) define como:

[...] incapacidade coletiva de uma organização de prover um serviço apropriado ou profissional para as pessoas devido à sua cor, cultura ou origem racial/étnica. Ele pode ser visto ou detectado em processos, atitudes e comportamentos que contribuem para a discriminação por meio de preconceito não intencional, ignorância, desatenção e estereótipos racistas que prejudicam determinados grupos raciais/étnicos, sejam eles minorias ou não.

Logo, é importante destacar que a burguesia branca, cisgênera e heteronormativa trava diuturnamente batalhas contra as políticas de igualdade social e desqualifica movimentos negros e seus simpatizantes com base na negação do racismo e da discriminação racial, descartando a magnitude das desigualdades sociais e negando a presença do negro, com lastro na miscigenação racial brasileira. Assim, para essa burguesia, o negro não demanda políticas de discriminação positiva que permitam sua ascensão social e econômica.

A implementação dessas políticas por governos progressistas – conquistadas a partir da militância dos movimentos negros e sociais – foi um dos fatores que incomodou a burguesia fascista e escravocrata brasileira e que contribuiu, de certa maneira, para a ascensão de um governo de extrema-direita, no qual grande parte dessas conquistas retrocederam. Nesse sentido, Carneiro (2011, p. 50) destaca que:

As pesquisas que vêm sendo desenvolvidas sobre as desigualdades raciais, especialmente por órgãos governamentais como o Ipea, têm sido a principal alavanca para o reconhecimento dos negros brasileiros como um segmento com características específicas e desvantajosas em termos de inserção social no país. Elas cada vez mais desautorizam as ideias consagradas em nossa sociedade sobre a inexistência de um problema racial. Questionam a simplificação de que o problema do Brasil é social, e não racial. Recusam os eufemismos como o do apartheid social e, sobretudo, indicam que as políticas universalistas, historicamente implementadas, não têm sido capazes de alterar o padrão de desigualdades entre negros e brancos na sociedade.

Assim, a falta de implementação de políticas públicas de discriminação positiva torna a condição dos negros brasileiros eterna lamentação, ou seja, a desigualdade é conhecida, sabe-se como combatê-la, mas nada é feito com efetividade e continuamos lamentando. Com isso, é premente a necessidade de representatividade da população negra, que se reconheça como tal, nas instâncias de poder e decisão, essa fala, apesar de parecer lugar comum, não é. Conforme Fanon (2008), muitos negros negam sua negritude e encontram no embranquecimento sua única saída da condição de animalização do negro na sociedade.

Essa busca pelo branqueamento ocorre devido à ausência de identidade social no Brasil ou uma confusão racial, conforme Carneiro (2011), causa dificuldade, principalmente nos negros de pele mais clara, em se auto classificar como negros. Isso é resultado da farsa da democracia racial e da miscigenação que, por sinal, teve como único objetivo branquear a população negra. Assim, a miscigenação racial acaba se prestando a inúmeros propósitos nefastos, tanto políticos quanto ideológicos, dando suporte ao falacioso mito da democracia racial, e fomentando as relações sexuais entre brancos e negros, muitas vezes devido à fetichização do corpo negro e ao turismo sexual.

### **Percurso Metodológico**

Para construção da entrevista narrativa (EN), foram propostas perguntas direcionadoras à entrevistada, inspirados em Jovchelovitch e Bauer (2015). Para os autores, a EN permite ao/à entrevistado/a, a partir de sua de história de vida, colocar os acontecimentos em uma determinada sequência, que propicia encontrar explicações

possíveis para episódios da sua vida pessoal e social. Nesse sentido, as perguntas direcionaram à entrevistada construir/relembrar eventos relacionados à vivência dos racismos institucionais e estruturais enfrentados em sua carreira acadêmica e como esses episódios marcaram sua vida pessoal.

Para análise dos excertos da entrevista, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, CAAE: 56459422.8.0000.0102, procuramos nos movimentar sem nos filiarmos, diretamente, a um dispositivo analítico, todavia, partimos do fato de que o uso da linguagem está impregnado de história, que nada nela é aleatório e que existe um sentido e uma ideologia que deve ser levada em conta e o uso de palavras e frases é resultado da liberdade do enunciador (FREIRE, 2014). Assim, a posição de fala do sujeito remete ao seu lugar de fala e está encharcada de sentidos, logo procura-se compreender a constituição do indivíduo e sua história social. A compreensão da língua como prática social, nos permite explicar os conceitos ideológicos presentes nos excertos das entrevistas, estabelecendo conexões entre as vivências da entrevistada e a estrutura cis-hetero-patriarcal-branca predominante no ambiente acadêmico.

Posto isso, consideramos importante movimentarmos nas análises o conceito de interseccionalidade com o objetivo de investigar as relações de poder, permeadas por marcadores como raça, classe e gênero, imbricadas nas falas da entrevistada.

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS; BILGE, 2021, p. 13-14).

Assim, Collins e Bilge (2021, p. 17) apresentam essa definição como um direcionamento prático ao entendimento “do que é” ou “do que trata” a interseccionalidade. Para tanto, deve-se ter em mente que, “em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes” (p.17). Com isso, essas categorias irão se sobrepor e funcionar de maneira unificada, pois apesar de invisíveis as relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social.

Além disso, a utilização de conceitos abordados pela interseccionalidade, permite abordar questões da desigualdade social, em intersecção com questões de raça, gênero,

sexualidade e classe social. Desse modo, Collins e Bilge (2021) reforçam que a desigualdade social afeta diversamente pessoas diferentes, mulheres e homens cis e trans, brancos, negros, indígenas. Nesse sentido, a interseccionalidade propõe olhar essas questões sem divisões e não tratar as pessoas como “massa homogênea e indiferenciada, fornecendo estrutura analítica para analisar populações diferentes de maneira a se considerar todas (ou o máximo possível) as variantes que compõe e influenciam um grupo, sobretudo quando se trata de grupos marginalizados e mais vulneráveis às mudanças sociais e econômicas.

Outro ponto fundamental, quando se emprega esses pressupostos, para inspiração analítica, é considerar que a interseccionalidade não utiliza somente a categoria classe social para explicar desigualdades econômicas. Nesse sentido, tanto o pensamento social marxista, usado prioritariamente na Europa, quanto a visão neoclássica estadunidense, não levam em consideração o quanto raça, gênero, sexualidade, deficiência e etnia definem e fazem parte da desigualdade econômica global. Com isso, para poder traçar um esboço, da conjuntura das desigualdades sociais, é fundamental tratá-la a partir de análises inspiradas na intersecção total ou parcial dessas categorias, ou seja, desenhar um mapa mais sofisticado no qual considera-se que as desigualdades econômica e social vão muito além da classe.

Para construção do *corpus* de análise foi entrevistada uma professora-pesquisadora da área de Matemática Aplicada, com graduação em Matemática pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestrado e doutorado em Matemática Aplicada também pela UNICAMP e Estágio de Pós-Doutoramento no exterior. Ela atua em um Instituição de Ensino Superior (IES) pública do âmbito federal, desde 2004. Se autodeclara como mulher parda, é cisgênera e heterossexual, sua entrevista foi realizada presencialmente em 26 de julho de 2022, com duração de aproximadamente 56 minutos, a entrevistada tinha cinquenta anos na data da entrevista.

Partimos, então, para análise das falas da entrevistada com lastro teórico nos pressupostos teóricos apresentados no referencial teórico deste artigo.

Seu núcleo familiar direto é composto pelo pai, marceneiro aposentado, mãe, do lar, mas já exerceu trabalho remunerado como costureira, e um irmão mais novo, que também possui curso superior completo. Vive com o companheiro em união estável há quatro anos e não tem filhos. Quanto à religião se declara espírita, assim como seu companheiro, sua mãe é evangélica, seu pai é católico não-praticante e o irmão ateu.

Relata que a família era “de classe baixa”, mas que nunca faltou alimentação, as condições de vida eram bastante simples, mas sempre tiveram acesso à educação e alimentação. O pai e a mãe sempre incentivaram o hábito da leitura e enxergavam a educação como único meio possível de ascensão social.

**Entrevistada:** [...] *minha mãe costumava dizer que ela nunca poderia dar nada que fosse material para gente, de herança, a única coisa que ela podia era de fato contribuir e facilitar era me dando estudo.*

A entrevistada relata que o ambiente era majoritariamente matriarcal, competindo a mãe as decisões referentes à educação dos filhos. As condições de moradia eram bastante precárias durante a primeira infância, com melhoras significativas durante o passar dos anos. A família não possuía outros bens materiais.

**Entrevistada:** [...] *a gente morou mal, mas a minha mãe era muito organizada, tinha muito claro, que aquilo era para economizar para poder ter um imóvel, a gente não tinha outra possibilidade. E aí deu certo, a gente foi para Campinas, e a coisa melhorou um pouquinho.*

Nesse sentido, podemos destacar o fator premente da desigualdade social como um constituinte interseccional provisório. Esse fator permite explicar e entender as complexidades do mundo, das pessoas e das experiências vividas (COLLINS, 2022). Com isso, destacamos a importância, mesmo dentro de condições financeiras adversas, de um ambiente familiar estável, se notabilizando, conforme Davis (2016), o protagonismo da mulher nesse ambiente, mesmo o pai sendo o provedor financeiro, a organização familiar era essencialmente matriarcal, como herança do período escravagista.

Podemos, a partir de Davis (2016), destacar que, na medida em que o conceito de feminilidade se popularizou, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma realidade paralela ao mundo produtivo e do trabalho. A separação entre os cuidados domésticos e a economia pública, gerada pelo capitalismo industrial, estabeleceu em definitivo a inferioridade das mulheres, as tornando sinônimos de mães e donas de casa. É fato que essa fragilidade nunca foi atribuída às mulheres negras, os arranjos capitalistas não permitem que os papéis de gênero sejam incorporados a elas, portanto, esses padrões não foram introduzidos nas relações familiares de pessoas negras. Logo, as estruturas familiares negras eram e ainda são, em geral, essencialmente matriarcais, tendo em vista que exploradores de pessoas escravizadas omitiam o nome do pai dessas crianças em suas certidões de nascimento, conseqüentemente, a criança herdava a condição de pessoa escravizada da mãe.

A principal influência para escolha/direcionamento para carreira em Matemática foi de uma professora de Matemática do Ensino Fundamental II, mas destaca que não teve contato com professores negros no seu percurso estudantil (do Ensino Fundamental ao Doutorado).

**Entrevistada:** *Houve um determinado momento da minha vida que eu não categorizava pessoas por cores ou raças, então isso nunca teve grande importância, sei lá nunca me detive muito nisso, mas isso quer dizer que na época eu não a via como tal, mas tinha uma professora de história que eu lembro que era, vamos dizer afrodescendente, é o que a gente em São Paulo costuma chamar de “moreninho”, que aliás eu demorei para entender que “moreninho” era uma espécie de eufemismo para mulato, nunca me toquei, acho que ainda não tinha isso muito claro. Hoje eu tenho e acho que foi a única, inclusive até o Ensino Superior.*

Podemos perceber a falta de representatividade durante o percurso estudantil da entrevistada, contudo ela não aponta qual foi a principal influência para o direcionamento de sua carreira. Entretanto é fundamental destacar outro ponto na fala da entrevistada, quando questionada sobre a presença de professores negros, percebe-se a falta de representatividade em sua vida estudantil. O apontamento de que “não categorizava pessoas por cores ou raças” evidencia a condição de mestiçagem imposta à população negra brasileira. Nesse sentido, podemos também salientar a ação coercitiva estrutural, institucional, social e cultural dessa imposição de branqueamento o que fez com que o colorismo fosse adotado dentro de comunidades negras, na qual o mestiço acaba adotando essa postura como estratégia de sobrevivência e inserção social (DEVULSKI, 2021; FANON, 2008).

Quando questionada sobre o que a levou a escolher a profissão de professora-pesquisadora:

**Entrevistada:** *Eu confesso que num primeiro momento eu não me via como pesquisadora, eu queria ser professora de Matemática, aluna de licenciatura, terminei meu curso. [...] eu trabalhei como professora substituta durante a graduação, isso no meu segundo ano de faculdade, e aí eu percebi que eu gostava de dar aula, e gosto, mas dar aula para criança é algo delicado, então eu me identificava com determinadas faixas etárias, e simplesmente detestei dar aula para 6ª série, e foi aí que eu me toquei, falei “não vai dar” eu não vou conseguir, eu não quero passar os próximos vinte, trinta anos com essa faixa etária, eu vou enlouquecer.*

Na sequência, a entrevistada é perguntada sobre qual foi a maior influência para sua escolha em prosseguir na carreira de pesquisadora.

**Entrevistada:** *Se hoje eu trabalho numa determinada linha de pesquisa, eu devo muito a ele (orientador) por ter me feito enxergar que tinha potencial para isso, ter confiado em mim, porque na verdade ele nunca foi meu professor*

*de fato, ele não me conheceu em sala de aula, ele apostou no escuro, e eu fui desenvolvendo as tarefas, enfim evoluindo de maneira satisfatória e continuamos até hoje, a gente trabalha junto e acho que é a pessoa mais importante nesse processo acadêmico.*

Segundo Souza (2021) para que o sujeito seja hábil a construir enunciados sobre sua identidade com a criação de uma estrutura psíquica harmoniosa, existe a necessidade de que seu corpo seja pensado e vivido como uma estrutura prazerosa e satisfatória. Nesse sentido, na ascensão profissional de pessoas negras esse corpo é sujeito a inevitáveis situações de sofrimento, que podem ser sofridas ao acaso, ou são imputadas por fatores externos como os racismos estruturais e institucionais. Com isso, esse sujeito deixa de amar e cuidar desse corpo, que é essencialmente sua condição de vida, ou seja, “A relação persecutória com o corpo expõe o sujeito a uma tensão mental cujo desfecho, como seria previsível, é a tentativa de eliminar o epicentro do conflito” (SOUZA, 2021, p. 12). O epicentro do conflito, no caso de pessoas expostas a ambientes racistas e hostis, é possivelmente o que proporcionará sua ascensão social e econômica, tornando cíclica a situação de pobreza intelectual e financeira as quais são relegadas as populações de pele não branca. Contudo, a entrevistada consegue, devido aos seus próprios esforços, fazer a ruptura desse paradigma, porém acaba por aderir inconscientemente a um discurso meritocrático.

Questionada se recorda de colegas negros no ensino superior, mestrado e doutorado, a entrevistada relata que havia apenas uma colega, inclusive que ambas são amigas “até hoje”. E que essa é a única colega negra que prosseguiu os estudos até o doutorado, sendo hoje professora-pesquisadora em uma universidade estadual. Além dessa colega a entrevistada relata que dos trinta e cinco alunos que ingressaram no mesmo ano que ela na graduação, apenas um estudante era negro, mas que não prosseguiu os estudos além do curso de graduação. Quando questionada se a cor da pele influenciou na aproximação com essa colega, a entrevistada relata que as duas tinham muitas afinidades e histórias de vida bastante semelhantes, e acredita que esses foram os fatores preponderantes para aproximação.

Quanto às dificuldades financeiras, mesmo narrando que isso não foi um impeditivo para continuidade dos estudos, ela relata que contou com uma rede de apoio familiar e salienta a importância das políticas de assistência estudantil, com as quais teve apoio para permanecer no ambiente acadêmico, mas que as mesmas eram ofertadas de forma muito distante ao atendimento das necessidades de uma estudante.

**Entrevistada:** *As coisas eram meio complicadas, mas depois que a gente foi para Campinas que a gente já tinha casa própria, as coisas melhoraram um pouco. Eu não vou dizer que eu pudesse viver com folga, mas, por exemplo, é o meu primeiro ano de faculdade, eu trabalhei um ano antes de entrar na faculdade e tinha alguma reserva desse período que eu trabalhei. Então, o primeiro ano, eu pude me manter com esse dinheiro guardado. Depois, as coisas começaram a ficar um pouco mais difíceis e foi bem no período que eu consegui a iniciação científica com bolsa. E eu tive muita sorte nesse sentido, porque, desde então, eu nunca fiquei sem nenhum tipo de bolsa, seja de iniciação científica, de mestrado, doutorado, nunca fiquei sem bolsa.*

Nesse ponto, retomamos o conceito de desigualdade social, como fator interseccional na ascensão social de pessoas negras. Percebe-se, pelo relato, a falta de políticas públicas, à época em que realizou seus estudos, que proporcionassem sua permanência no Ensino Superior. Não havia uma política de correção nas distorções sociais que permitisse a realização do curso, sendo a entrevistada sustentada somente através do esforço pessoal e familiar. Com isso, retoma-se o conceito de meritocracia, todo esforço para conclusão do curso esteve depositado no indivíduo, exonerando o Estado e a Sociedade de quaisquer responsabilidades de sua condição social (ALMEIDA, 2019; COLLINS, 2022).

Quanto a situações de conflito com colegas de trabalho, a pesquisadora relata que já viveu situações de machismo, mas não consegue fazer muitas conexões relacionadas à cor de sua pele, mas acredita que isso teve influência nas experiências vividas ao longo de sua carreira.

**Entrevistada:** *Na verdade, foi logo que comecei, foi bem difícil de lidar. Eu era professora substituta aqui na universidade, era uma disciplina complicada de pré-cálculo, eu ministrava essa disciplina para um curso de baixa concorrência, o que torna natural que os alunos tivessem um desempenho ruim. Mas um belo dia, eu estava dando aula, chega o coordenador, interrompe minha aula, a cena é patética, ele interrompe minha aula, era um auditório, ele entra com uma fila de uns seis ou sete alunos, e sim foi muito desrespeitoso, interrompeu a aula e ficou me criticando, que eu não estava atingindo os alunos, que os alunos não estavam se desenvolvendo no curso, me responsabilizando por isso.*

As falas da entrevistada demonstram o desequilíbrio das relações de poder estabelecidas no âmbito institucional. Para Fanon (2008), o branco reivindica para si o poder e a virtude, tratando o negro como amaldiçoado. Assim, mesmo a entrevistada estando em uma posição de paridade profissional, é tratada como cidadã de segunda classe, ela ocupa o ambiente, mas não pertence a ele. Logo, é degradada a uma condição de animalização do ser, condenada a miséria física e moral (SOUZA, 2021).

Com isso, pode-se recorrer à proposição de Bento (2022), em um ambiente dominado por pessoas brancas, elas se identificam e se enxergam como iguais, a presença

de brancos é dominante nas instituições de ensino superior públicas e quando isso se rompe, esse grupo hegemônico se sente ameaçado por esse “intruso” dificultando, e em muitos casos impossibilitando a presença dele, o que torna o desafio de inserir pessoas negras ainda mais árduo tanto para o indivíduo em si, quanto para o desenvolvimento de políticas de inclusão.

Ao ser questionada “o que é para ela ser uma pesquisadora negra na área de Ciências Exatas?”. A entrevistada responde:

**Entrevistada:** *Eu não me considero uma heroína, encontrei as pessoas certas no meu caminho. Se eu não tivesse uma mãe que falasse ‘a única coisa que eu tenho para te dar estudo’ e é única maneira que você tem para melhorar a vida, eu não teria chegado aonde eu cheguei. Se eu não tivesse encontrado o meu orientador, que foi a primeira pessoa que academicamente confiou em mim. Então, foi uma série de coisas que aconteceram da forma correta, tem o meu método pessoal, seguramente que tem.*

Nesse trecho, podemos observar o caráter sistêmico do racismo. Em uma sociedade tão estratificada socialmente como a brasileira, se percebe na fala da entrevistada um discurso que remete à meritocracia, no qual, o único responsável por sua ascensão é o esforço pessoal, e no caso da entrevistada o incentivo recebido por terceiros e até a própria sorte.

Quando questionada sobre os efeitos da cor de sua pele em relação aos momentos difíceis que enfrentou em sua carreira a entrevistada reflete que a falta de consciência de sua negritude, de alguma forma, a poupou de sofrimento, já que não fazia relação entre as violências sofridas e a cor de sua pele. Entretanto, as questões de classe social e gênero, em sua concepção, sempre pareceram ser decisivas nas discriminações sofridas.

**Entrevistada:** *Nessa situação em particular, sim. E engraçado, eu realmente sou um ponto fora da curva, porque como eu realmente tomei consciência da minha negritude, não há muito tempo, então o meu desconhecimento às vezes me poupou de algumas situações. Então, de certa maneira foi bom eu não pude vivenciar o coitadismo porque, sim, eu sempre vi o problema por ser pobre, mas não por ser negra. A maturidade veio de provar que não era bem assim. O fato de você ser mulher também dificulta as coisas. Mas aí o desconhecimento, a ignorância te privam de algumas coisas, mas ela também acaba sendo benéfica.*

A violência enfrentada por pessoas negras, leva, coercitivamente, ao ponto central de seu desenvolvimento. Para além dos impeditivos sociais e financeiros, o negro, é simbolicamente violentado de forma contínua e cruel. Sem direito a descanso, pausa ou repouso, restando anular a negritude de seu corpo com o único objetivo de sobreviver ao ambiente branco, masculino e heteronormativo do mundo acadêmico (SOUZA, 2021). Logo, ao encarar esse ideal, acabar por embranquecer para sobreviver conforme postulado por Fanon (2008).

## IMPRESSÕES FINAIS

A partir das falas da entrevistada, consideramos que ser uma professora pesquisadora negra, na área de Matemática, perpassa por um processo de apagamento de sua negritude. A inserção dessa profissional foi permeada por atos discriminatórios e quase ausência de representatividade. Nesse sentido, o número reduzido de profissionais de pele não branca em ambientes de alta escolaridade, como universidades e centros de pesquisa, perpetua o racismo estrutural e institucional arraigado na sociedade brasileira. Os profissionais, de pele não branca, quando ascensionados a essas posições, são relegados à posição de párias e intrusos entre seus pares, tornando sua permanência um constante sofrimento físico e psíquico.

Destacamos também o “embranquecimento” dessas pessoas, em um sentido fanoniano, ou seja, sem a negação, em alguma instância, da cor de sua pele, esses profissionais não conseguem permanecer nesses ambientes, somente através do embranquecimento conseguem dialogar com a branquitude. Conforme Bento (2022), a organização das instituições conversa exclusivamente com a branquitude, pois é feita por e para pessoas brancas. O ensino superior, mesmo discursando como neutro, inclusivo, diverso, plural na atualidade, principalmente nos cursos de ciências exatas ainda é marcadamente branco-masculino, com isso, é urgente a quebra desse paradigma para que pessoas de pele não branca, sobretudo mulheres negras, possam ingressar e permanecer nesses locais, sem se sujeitar a constante violência física e psíquica ou ao embranquecimento de sua pele.

Nesse sentido, é premente a necessidade de uma Educação Matemática voltada também às pessoas de pele não-branca e que as condições de gênero, raça, sexualidade e classe social, sejam pensadas de forma interseccional, fortalecendo as políticas de ações afirmativas de pessoas subalternizadas ao ambiente acadêmico. Do nosso ponto de vista, tal fortalecimento, também é atravessado por conversar mais sobre gênero, raça, sexualidade, classe social, nas disciplinas de graduação e pós-graduação que formam professores/as da educação básica (mas não somente). A falsa crença de que “não discuto isso porque não me sinto seguro/a” não cabe mais. Pode-se escolher o silêncio, mas ao fazer isso se escolhe um lado e, infelizmente, não é o lado das pessoas que, historicamente, foram impedidas de ocupar um espaço que é de e para todos/as/es, afinal de contas a nossa universidade pública é para todo público brasileiro, sem exceção.

Ocuparemos tudo, nós a construímos, porque foi a nossa mão que carregou, colocou “tijolo a tijolo dessa construção, então ressignifica, resiste e ocupa tudo [...]” (BANDA MULAMBA, 2018). E ao ocupar, vamos “adubar outro sistema que não quer nos matar” (FAYET, 2020). Por uma Educação Matemática mais interseccional e menos desinteressante, obsoleta e inútil.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais).
- BAMBIRRA, N. V.; LISBOA, T. K. “Enegrecendo o feminismo”: a opção descolonial e a interseccionalidade traçando outros horizontes teóricos. **Revista Ártemis**, v. 27, n. 1, p. 270-284, 11 jul. 2019. Portal de Periódicos UFPB.
- BANDA MULAMBA. **Vila Vintém**. São Paulo: Máquina Discos, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=46M0JhXq28w>. Acesso em: 30 nov. 2023.
- BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BORGES, R. et al. **Introdução ao pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Censo do Ensino Superior**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>, acesso em 07 de janeiro de 2021.
- CARNEIRO, S. **Racismo, Sexismo e Desigualdade Social no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Selo Negro, 2011. 190 p.
- COLLINS, P. H. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. São Paulo: Boitempo, 2022. 422 p.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. O movimento das mulheres negras no Brasil. In: KOLLONTAI, A. *et al* (org.). **Introdução ao pensamento feminista negro: por um feminismo para os 99%**. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 110.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016, 244p.
- DEVULSKY, A. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021. 208 p. (Feminismos Plurais).
- FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: Edufba, 2008. 194 p.
- FAYET, R. **Derrubar o Sistema**. São Paulo: Tratore, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GxfSACRVjg0>. Acesso em: 30 nov. 2023.
- FERREIRA, L. **Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam racismo na academia**. 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/menos-de-3-entre-docentes-da-pos-graduacao-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/>. Acesso em: 01 jul. 2021.
- FIELDS, K. E.; FIELDS, B. J. **Racecraft: the soul of inequality in American life**. London: 2014.

FREIRE, S. **Análise de Discurso: procedimentos metodológicos**. São Paulo: Instituto Census: Educação e Gestão do Conhecimento, 2014. 57 p.

GOMES, N. L. Libertando-se das Amarras: reflexões sobre gênero, raça e poder. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 19, n. 2, p. 602-627, 15 set. 2019. Currículo sem Fronteiras.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2021. Cap. 4. p. 90-113.

RIBEIRO, D. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 112 p. (Feminismos Plurais).

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. 171p.